



JANE ARAÚJO

Semana decisiva para os acusados

Ney Suassuna e Serys Slhessarenko têm até esta segunda-feira para apresentar defesas por escrito ao Conselho de Ética – Magno Malta já entregou suas explicações. João Alberto Souza, presidente do colegiado, dá encaminhamento aos processos contra os senadores denunciados pela CPI dos Sanguessugas.

Relatório da CPI é entregue a Renan (C) por Biscaia, acompanhado de Suplicy, Ortiz e Tuma

PÁGINAS 6 E 7

cidadania

Direito a um serviço público de qualidade

O cidadão brasileiro deve denunciar aos órgãos de fiscalização problemas com serviços públicos, como abastecimento de água, energia elétrica ou telefonia. Queixas sobre bancos, previdência e planos de saúde também precisam ser registradas.

PÁGINA 12

Eleições: entenda como são eleitos os deputados

PÁGINA 2

Interlegis lança modelo de portal na internet para legislativos

PÁGINA 11

Parlamentos do Brasil e da China assinam acordo de cooperação

PÁGINA 2

Escravidão e violência no rastro da grilagem

PÁGINAS 4 E 5



MARCELLO CASAL JR./ABF

Aldeias indígenas, como esta dos caiapós no Pará, são ameaçadas de invasão. Veja a segunda matéria da série sobre grilagem

e mais...

AGENDA

Página 2

PERGUNTE AO SENADOR

Página 9

FRASES

Página 9

VOZ DO LEITOR

Página 9

ACONTECEU NO SENADO

Página 11

Presidência

Senado recebe presidente da Assembléia Popular chinesa

O Senado recebe no próximo dia 30 de agosto o presidente do Comitê Permanente da Assembléia Popular da China, Wu Bangguo. Acompanhado de uma comitiva de 80 pessoas, ele será recepcionado com honras militares.

Durante o encontro com os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, Bangguo assinará o Memorando de Entendimento e Cooperação entre os parlamentos da China e do Brasil, um sinal de maior aproximação e amizade entre os dois países, que restabeleceram relações diplomáticas há 32 anos.

O convite para essa visita foi feito por Renan, por sugestão

de Aldo Rebelo. Na Câmara, Wu Bangguo receberá do presidente do Grupo Parlamentar Brasil/China, deputado Renildo Calheiros (PCdoB-PE), a Medalha Mérito Legislativo. Está previsto um encontro de 30 minutos com Renan Calheiros. No mesmo dia, Bangguo vai se encontrar com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A visita da autoridade chinesa inclui reuniões com os governadores de São Paulo e do Amazonas, com representantes do Conselho Empresarial Brasil-China e do Parlamento Latino-Americano, além de palestra para empresários brasileiros sobre desenvolvimento econômico.



JANE ARAÚJO
Ellen Gracie Northfleet

Renan participa de homenagem à presidente do STF

Renan Calheiros participou na semana passada de cerimônia em que a presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Ellen Gracie Northfleet, foi homenageada com uma placa oferecida por integrantes do Judiciário Federal dos Estados Unidos. Realizada no STF, a solenidade foi marcada por um discurso emocionado da ministra, bisneta de confederado norte-americano que migrou para o Brasil em razão do que ela chamou de "crise constitucional".

Cantor apresenta proposta de uma TV dirigida por negros

Primeiro canal brasileiro de televisão concebido e dirigido por profissionais negros. Essa é a idéia defendida pelo cantor e apresentador de TV João de Paula Neto, mais conhecido por Netinho de Paula, que foi recebido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, e pelo presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo. Netinho pediu apoio para que o canal TV da Gente, lançado em 2005, se consolide.

– Eu vim pedir apoio político para que esse projeto possa crescer, já que ele é fruto de um an-

seio do movimento negro – disse, sublinhando que a TV da Gente “é feita e dirigida por negros para todo o povo brasileiro, sem segregação ou discriminação”.

Em sua avaliação, Aldo e Renan “adoraram o projeto”, por ser em favor da democracia. O cantor frisou que a programação é diversificada e quer transmitir o canal pela TV a cabo. Por enquanto, é veiculada apenas em São Paulo, em Fortaleza e pela internet (www.tvdagente.com.br). “Falta um pouquinho de pigmentação aos profissionais dos outros canais”, concluiu.



Netinho de Paula (C) foi recebido por Aldo Rebelo e Renan Calheiros e conversou sobre seu projeto, a TV da Gente

Eleições 2006

Entenda como são eleitos os deputados

Saber quem é o presidente, os governadores ou senadores eleitos não parece ser tão difícil. No caso dos dois primeiros, se não houver um candidato que atinja mais da metade dos votos (descontados os brancos e nulos), realiza-se nova eleição entre os dois que obtiveram mais votos. Os senadores eleitos, definidos também em eleições majoritárias, são os que conquistaram mais votos.

Mas e no caso dos deputados? Como saber quem foi eleito ou não? Nessa circunstância, não basta saber quem teve mais votos porque, no sistema eleitoral proporcional adotado no Brasil, diversas fórmulas são aplicadas para que os eleitos representem, da melhor maneira possível, as correntes políticas que disputam as eleições. Esse foi o espírito que levou à adoção dessa fórmula, consagrada também em outros países. Atualmente, o sistema proporcional vem sendo bastante criticado, por privilegiar o voto no nome e não no partido. Para combater esse problema, a reforma política em debate na Câmara propõe que o eleitor vote em listas de candidatos, organizadas pelos partidos nas convenções. Assim, os eleitores votariam na lista completa e não em um nome.

De acordo com a regra atual, estabelecida pelo Código Eleitoral (Lei 4.737/65), um partido só elegerá deputados se atingir o chamado quociente eleitoral. Esse quociente é o resultado da divisão do número de votos válidos (dados a candidatos regularmente inscritos ou nas legendas de partidos, ignorados os brancos e nulos) pelo número de vagas a serem preenchidas. O cálculo é feito a partir do resultado das eleições para a Câmara dos Deputados e para as assembleias legislativas dos estados e a Câmara Legislativa do Distrito Federal. Em caso de fração, o número deve ser arredondado.

Os partidos ou coligações que não alcançarem o quociente eleitoral, mesmo que tenham um candidato muito bem votado (e até com mais votos que candidatos de partidos e coligações adversários), não elegerão ninguém.

Fórmula

$$\text{Quociente eleitoral} = \frac{\text{número de votos válidos}}{\text{número de vagas}}$$

Por exemplo, tomando um estado onde há oito vagas para deputado federal e cinco coligações ou partidos com candidatos para o cargo, simulamos a seguinte divisão de votos:

Coligação A	5.522
Partido B	2.344
Partido C	822 votos
Coligação D	4.371
Votos em branco	422
Votos nulos	1.322
Total de votos válidos	13.059

$$\text{Quociente eleitoral} = \frac{13.059 \text{ (número de votos válidos)}}{8 \text{ (número de vagas)}}$$

Resultado: 1.632,375. Arredondando, o quociente eleitoral é 1.632.

Dessa forma, na simulação, apenas o partido B e as coligações A e D atingiram número de votos superior ao quociente eleitoral e terão direito a preencher as vagas disponíveis. No caso do partido C, mesmo que seus 822 votos tenham sido dados a um único candidato, ele não participará da divisão das vagas.

A partir de então, passa-se à divisão das vagas, que é feita por meio do quociente partidário. O cálculo desse quociente para cada partido ou coligação é feito dividindo o quociente eleitoral pelo número de votos dados à mesma legenda ou coligação, desprezada a fração. O número final corresponde ao total de candidatos daquele partido ou coligação que será eleito.

Conforme a simulação, temos os seguintes resultados:

Coligação A	5.522/1.632 =	3 vagas
Partido B	2.344/1.632 =	1 vaga
Coligação D	4.371/1.632 =	2 vagas
Total de vagas preenchidas		6

Mas se há oito vagas em disputa, como fazer com as duas que permanecem em aberto? Passa-se, então, a mais uma fórmula.

O número de votos válidos de cada partido ou coligação deve ser dividido pelo número de vagas que obteve no cálculo do quociente partidário, mais um. O partido ou coligação que obtiver o maior resultado leva a primeira das duas cadeiras que sobraram da primeira distribuição.

Coligação A	5.522/4 = 1.380,5
Partido B	2.344/2 = 1.172
Coligação D	4.371/3 = 1.457

Por esse cálculo, a Coligação D ganha mais uma vaga.

Como ainda resta uma cadeira, deve-se repetir o procedimento anterior para saber qual partido ou coligação será beneficiado. Agora, deve-se somar à divisão dos votos válidos da Coligação D a cadeira que obteve na primeira redistribuição.

Coligação A	5.522/4 = 1.380,5
Partido B	2.344/2 = 1.172
Coligação D	4.371/4 = 1.092,75

Por esse cálculo, a Coligação A obteve a última cadeira vaga, por ter tido a maior média no recálculo.

Se ainda houver vagas a serem preenchidas, a fórmula deve ser repetida quantas vezes necessárias. De acordo com a votação fictícia acima, as oito vagas em disputa ficaram assim distribuídas:

Coligação A	4 vagas
Partido B	1 vaga
Coligação D	3 vagas

A média de votos na Coligação A para obtenção de uma vaga foi, portanto, 1.380,5, enquanto que o Partido B precisou de todos os seus 2.344 votos para eleger apenas um deputado. No caso da Coligação D, para eleger um parlamentar foram necessários 1.457 votos. O Partido C, porém, com 822 votos, não obteve nenhuma vaga.

A coluna *Eleições 2006* será veiculada às segundas-feiras pelo Jornal do Senado durante o período de campanha eleitoral para esclarecer dúvidas frequentes dos cidadãos relacionadas ao tema.



O caso Enéas

Nas eleições de 2002, o quociente eleitoral para a eleição de deputado federal pelo estado de São Paulo foi 280.298 - resultado da divisão dos 19.620.857 votos válidos pelas 70 vagas destinadas ao estado.

O então candidato Enéas Carneiro recebeu surpreendentes 1.573.642 votos. No total, seu partido, o Prona, obteve 1.634.848 votos que, divididos pelo quociente eleitoral, resultaram no quociente partidário de 5,83. Isso deu direito ao partido a cinco das 70 vagas. Nos cálculos para definir os ocupantes das vagas restantes, a legenda de Enéas teve direito a mais uma vaga.

Foi assim que Vanderlei Assis se elegeu pelo Prona, com apenas 275 votos, apesar de a grande maioria de seus concorrentes terem recebido um número muito maior de votos, como o candidato Jorge Tadeu (PMDB), que ficou de fora da Câmara apesar dos 127.702 votos a mais que Assis.

Especial

Senado promove fórum sobre qualidade de vida

O Senado realiza, de 28 a 30 deste mês, o II Fórum de Qualidade de Vida nas Instituições Públicas, no auditório do Inter-

legis. Promovido pela Secretaria de Recursos Humanos da Casa, o evento discutirá a importância da qualidade de vida no ambiente de trabalho. Serão realizadas mesas-redondas, painéis e apresentações teatrais que discutirão a humanização

do ambiente de trabalho e a prioridade dada ao atendimento às necessidades dos servidores, que terão ainda orientação sobre o conceito de responsabilidade social.

O evento contará com o apoio do Instituto Lesgislativo Brasi-

leiro (ILB), do Instituto Brasileiro de Qualidade de Vida (IBQV) e do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (Sindilegis). Mais informações podem ser obtidas por meio do telefone (61) 3311-4267.

Plenário

SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Sessão não-deliberativa

SEXTA-FEIRA

9h - Sessão não-deliberativa

PLENÁRIO

Sibá comenta dados sobre Brasil em relatório da CIA

O livro *O Relatório da CIA – Como será o mundo em 2020* foi comentado por Sibá Machado (PT-AC). A obra trata de possíveis cenários elaborados pela agência de inteligência dos Estados Unidos para a situação mundial dos próximos anos.

Sibá disse que o relatório destaca a democracia, a economia diversificada, a “população empreendedora e as sólidas instituições” do Brasil. E citou



Sibá: Brasil precisa superar a pobreza e a concentração de riquezas para vir a ser líder

trecho do livro no qual se afirma que “o sucesso ou o fracasso do Brasil na tentativa de equilibrar medidas econômicas pró-crescimento com uma agenda social ambiciosa – que busque reduzir a pobreza e igualar a distribuição de renda – terá um profundo impacto no desempenho econômico e político da América Latina nos próximos 14 anos”. O relatório prevê que o poder mundial continuará concentrado nas atuais potências reunidas no G-8, mas que, “a esse pequeno clube, também deverão ter acesso China, Índia, Brasil, Indonésia e, de forma mais limitada, África do Sul”.

Em aparte, Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que “o PT, que sempre condenou os norte-americanos e o imperialismo, faz agora a apologia de um relatório da CIA e nele se baseia para os seus próximos passos”. Sibá respondeu que Heráclito o estava “tratando de forma preconceituosa”.

Heráclito condena novos investimentos na Bolívia

Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que entrará com ação popular contra o presidente Lula diante do anúncio feito pelo petista Sibá Machado (AC), na quarta-feira, de que o Brasil fará novos investimentos para exploração de gás natural na Bolívia.

Heráclito registrou que matéria publicada no jornal *Diário de Mato Grosso* informou sobre novas ameaças do presidente boliviano Evo Morales de cortar o fornecimento de gás ao Mato Grosso.

– O estado poderá parar. Esse será o reflexo do desabastecimento de gás natural – afirmou, acrescentando que o produto é indispensável ao funcionamento da usina termelétrica de Cuiabá, responsável por 70% do suprimento de energia no estado.

Em aparte, Sibá negou ter feito tal afirmação. Disse que havia comunicado novos investimentos da Petrobras no Brasil e anunciado uma nova rodada de negociações acerca do preço do gás boliviano.

Lula se equivocou sobre imunidade, afirma Simon

Pedro Simon (PMDB-RS) afirmou que o presidente Lula equivocou-se ao dizer que membros do Congresso que o criticam se escondem na imunidade parlamentar. “Hoje, quem decide se processa ou não um deputado ou senador é o Supremo Tribunal Federal (STF), e não mais os plenários da Câmara e do Senado”, observou Simon, autor da emenda constitucional que provocou a mudança.

Simon lembrou os pedidos do

procurador-geral da República para processar os envolvidos no mensalão, sem qualquer interferência do Congresso. Ele opinou que talvez fosse interessante determinar um prazo mínimo para que o STF decida sobre processos contra parlamentares.

Simon também disse que o Senado deve convidar o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para falar sobre as ações do governo no combate à criminalidade.

Paulo Octávio defende projeto voltado aos cegos

Paulo Octávio (PFL-DF) fez apelo aos integrantes da Comissão de Direitos Humanos para que concedam prioridade a projeto (PLS 90/03) de sua autoria que trata da diferenciação dos tamanhos das cédulas de papel-moeda para permitir sua correta identificação por deficientes visuais.

Virgílio: conversor de TV não é computador

O líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), afirmou que promoverá obstrução da pauta do Senado e fará denúncia à imprensa internacional se o governo tentar modificar a legislação para que empresas de qualquer estado produzam, com incentivos fiscais, conversores que permitam a televisores analógicos a captação de transmissões de TV digital.

Virgílio sustentou que só o Pólo Industrial de Manaus pode fabricar, com a redução de impostos, tais equipamentos, “parte intrínseca dos futuros televisores digitais”. Ele entende que a produção fora do seu estado será um duro golpe contra a “indústria não-poluente” de Manaus e, conseqüentemente, contra a Amazônia. Advertiu que, caso o pólo industrial seja afetado, o Amazonas não teria outro caminho para sobrevivência a

não ser a abertura de indústrias tradicionais, que podem provocar poluição.

– O conversor de TV não é equipamento de computador e nem a ele se assemelha.

O parlamentar lembrou que, com a chegada da TV digital, os proprietários dos milhões de televisores analógicos existentes terão de comprar o conversor e, por isso, “cresceu a cobiça por esse mercado”.

O senador disse lamentar que até o Ministério da Ciência e Tecnologia, “que deveria zelar pelo cumprimento da lei”, informa não ter ainda posição sobre o assunto.



Virgílio anuncia obstrução da pauta contra proposta que prejudicaria o Amazonas

No mesmo discurso, Virgílio afirmou que o líder do Movimento de Libertação dos Sem Terra (MLST), Bruno Maranhão, “vai botar as manguinhas para fora” se o presidente Lula for reeleito. O senador acusou o governo de interferência para que “Bruno Maranhão e seus asseclas” obtivessem liberdade.

Iris conclama eleitoras a mudarem o país

A senadora Iris de Araújo (PMDB-GO) pediu que as mulheres votem com consciência e utilizem seu voto como instrumento de mudança política e social.

– As mulheres têm em suas mãos as armas da paz. Neste momento tão difícil para a política brasileira, a mulher precisa se conscientizar. Não podemos votar sem conhecer a vida do candidato. A grande mudança política pode ser feita pelo voto. O voto feminino tem o potencial de mudar o país – disse.

Embora a maioria do eleitorado brasileiro seja feminina, salientou, a participação das mulheres na vida política do país ainda é

pequena.

Iris informou que, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), esse segmento da população corresponde a 51% do eleitorado brasileiro.

Ainda segundo o TSE, observou ela, foram aprovadas 19 mil candidaturas para as eleições deste ano, das quais 13,95% são de mulheres. Elas somam 12% entre os candidatos a governos estaduais, 16% ao Senado, 12% à Câmara dos Deputados e 14% às assembleias legislativas.

A senadora lembrou que, de acordo com a Lei 9.504/97, os partidos são obrigados a reservar às mulheres 30% de suas candi-

daturas à Câmara dos Deputados e às assembleias legislativas. No entanto, observou, a realidade demonstra que esse percentual não é aproveitado.

– O controle do Brasil está demasiadamente e exageradamente nas mãos dos homens. Talvez seja essa a explicação para o excesso de desvios que se transformam na bola de neve dos escândalos. Sabemos que a mulher é mais rigorosa e cuidadosa no trato das questões públicas, por sua natureza. Elas poderiam oferecer contribuições decisivas caso não fossem tão alijadas do processo administrativo e do centro das decisões – acrescentou.

Maciel pede voto consciente nas eleições

Marco Maciel (PFL-PE) fez um apelo aos cerca de 120 milhões de eleitores brasileiros no sentido de votarem com consciência e responsabilidade nas eleições deste ano. Além da análise do programa partidário, recomendou uma reflexão criteriosa sobre as idéias e o currículo dos candidatos. Defensor do voto obrigatório, Maciel invocou seu efeito pedagógico tanto para o eleitor quanto para o político. No primeiro caso, estimularia a

reflexão sobre a importância do voto para a melhoria do nível de governabilidade do país. Em relação aos candidatos, os obrigaria a se habilitar para receber a confiança do eleitorado.

– Assim fazendo, a sociedade terá condições de renovar o país pelo voto e, no início de 2007, se preparar para a reforma política – afirmou.

Parte significativa do discurso de Marco Maciel foi dedicada à citação de recomendações do

presidente do Tribunal Superior Eleitoral, ministro Marco Aurélio Mello, sobre a importância do voto e do dever do cidadão de participar do pleito.

A exemplo do ministro, o senador condenou um eventual movimento pela abstenção ou anulação do voto nas eleições de outubro que poderia, conforme advertiu, colocar o país em um rumo inadequado, já que seria governado por alguém eleito sem representatividade.

PSDB, PFL e PPS acusam Okamoto de perjúrio

Tasso Jereissati (PSDB-CE) anunciou que, juntamente com os presidentes do PFL, senador Jorge Bornhausen (SC), e do PPS, deputado Roberto Freire (PE), iria encaminhar ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) representação de perjúrio contra o presidente do Sebrae, Paulo Okamoto. Conforme a representação, Okamoto teria mentido, em depoimento à CPI dos Bingos, sobre o pagamento de uma dívida do presidente

Lula ao PT. Para Jereissati, ou Okamoto mentiu, ou Lula mentiu na entrevista ao *Jornal Nacional*. O senador assinalou que Okamoto disse que não havia conversado com Lula sobre o pagamento, enquanto Lula afirmou ter conversado.

O senador destacou ainda que Lula mentiu ao afirmar que criou a Controladoria Geral da União (CGU). “A CGU foi criada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, quando nomeou

a dra. Anadir Mendonça para o cargo”, frisou.

César Borges (PFL-BA) assinalou que as mentiras começaram quando eclodiu o caso de corrupção envolvendo o ex-assessor da Casa Civil Waldomiro Diniz. José Jorge (PFL-PE) disse que Okamoto pagou a dívida com dinheiro “que ninguém sabe de onde veio”.

Heráclito Fortes (PFL-PI) afirmou que o presidente fuge de entrevistas coletivas porque

não consegue lidar com a verdade e pediu que a confissão do ex-deputado Valdemar Costa Neto, feita na terça-feira na propaganda eleitoral, de que recebeu dinheiro de caixa dois, seja encaminhada ao Ministério Público. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) anunciou que convocará Okamoto para explicar a contradição aos integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que preside.

AMAZÔNIA Apropriação irregular de terras está relacionada a outros crimes, como desmatamento e biopirataria

Grilagem de terras é ligada à escravidão na Amazônia



A grilagem de terras na Amazônia Legal é o carro-chefe de muitos crimes e problemas sociais, entre eles o trabalho escravo e a invasão de terras indígenas.

Tomadas inicialmente para o desmatamento, as terras griladas dão prosseguimento à expansão da agricultura, da pecuária, do extrativismo mineral e da biopirataria na floresta, muitas vezes com ações de extrema violência.

Em grande parte dos casos, o trabalho escravo na região é consequência direta da grilagem de terras, ou seja, da apropriação de terra pública mediante falsa escritura de propriedade.

Segundo Patrícia Audi, coordenadora do Projeto Nacional do Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil, os imóveis não possuem registro no Incra em cerca de 60% das propriedades onde auditores fiscais do Ministério do Trabalho e Emprego encontram pessoas em condições análogas às de escravos.

Ela explica que os trabalhadores escravizados atuam especialmente na derrubada da floresta para o

plântio ou para a formação de pasto, o que explica o fato de Mato Grosso e Pará registrarem maior número de vítimas dessa situação de falta de liberdade, aliada ao descumprimento dos direitos trabalhistas.

Uma das iniciativas que têm dado certo é a publicação semestral da Lista Suja do Trabalho Escravo, um cadastro com o nome dos empregadores que utilizam mão-de-obra escrava, atualizado a cada seis meses pelo ministério.

– Isso tem ajudado no combate ao problema, porque os grandes mercados estão deixando de comprar dessas empresas – aponta Patrícia Audi.

Segundo o diretor de Ordenamento da Estrutura Fundiária do Incra, Marcos Kowarick, o instituto tem trabalhado com quatro linhas de ação para coibir a grilagem. Nos últimos dois anos foram ajuizadas 74 ações reivindicatórias de 400 mil hectares de terras públicas federais. Outras cem ações estão em fase de instrução.

Desde 2004, foram inibidos – impossibilitados de obter qualquer documentação – 46,7 mil cadastros de imóveis irregulares, grande parte fruto de grilagem. Desse total, em 1.613 imóveis foi



Cerca de 60% dos imóveis rurais onde é flagrado trabalho escravo não possuem registro no Incra

realizada fiscalização cadastral no ano passado. Outros 1.500 serão vistoriados este ano, segundo Kowarick.

– Estamos ainda promovendo as ações de regularização fundiária e de ordenamento territorial em parceria com o Ministério do Meio Ambiente, destinando as terras a quem de direito, e realizando ações integradas com vários órgãos. Com isso atacamos outros problemas, como o trabalho escravo, já que vários imóveis que mantêm pessoas nesse regime são na verdade terras griladas – informou o diretor do Incra.

Projetos buscam inibir trabalho escravo

Para o senador Sibá Machado (PT-AC), o problema do trabalho escravo – assim como a grilagem – na Amazônia Legal só será resolvido quando houver sanções mais severas.

– O trabalho escravo fere o princípio da função social e por isso quem o pratica deve responder por isso, muito além da multa. Além disso, as terras comprovadamente envolvidas com essa realidade devem ser passíveis de confisco – declarou.

Senadora pelo Pará, Ana Júlia Carepa (PT) apresentou projeto de lei (PLS 207/06) que proíbe a concessão de créditos e a contratação por licitação de pessoas físicas ou jurídicas que utilizem mão-de-obra escrava.

– Acreditamos no progresso do Pará e queremos o seu crescimento. O que não podemos admitir é que ele ocorra às custas dos direitos humanos e do meio ambiente. Temos convicção de que há limites morais para o crescimento que se baseiam no respeito à pessoa humana e à natureza – disse a senadora.

Nas duas Casas do Congres-

so Nacional tramitam diversos projetos para coibir essa prática ilegal de escravidão.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado espera votação o PLS 9/04, do senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), que propõe tipificar a submissão de trabalhador a condição análoga à de escravo como crime hediondo.

– Os números impressionam tanto quanto a gravidade dessa aviltante prática criminoso – ressalta Crivella.

Há dois anos tramita na Câmara dos Deputados a Proposta de Emenda à Constituição 438/01, já aprovada pelo Senado. De acordo com a proposta, que espera votação em segundo turno naquela Casa, as glebas onde for verificada exploração do trabalho escravo deverão ser imediatamente expropriadas e destinadas à reforma agrária.

Como trabalhadores vulneráveis acabam se tornando escravos

1. Ao ouvir rumores de que existe serviço farto em fazendas, mesmo em terras distantes, o trabalhador, sem outra alternativa de renda, ruma para esses locais. O Tocantins e a região Nordeste, especialmente os estados do Maranhão e do Piauí, são grandes fornecedores de mão-de-obra.

2. Alguns trabalhadores vão espontaneamente. Outros são aliciados por “gatos” (contratadores de mão-de-obra a serviço de fazendeiros), que transportam os trabalhadores em ônibus, em caminhões, ou que, para fugir da fiscalização, pagam passagens para os trabalhadores em ônibus ou trens de linha.

3. O destino principal é a região de expansão agrícola, onde a floresta amazônica é diariamente derrubada para dar lugar a pastos e plantações. Os estados do Pará e Mato Grosso são os campeões em resgates de trabalhadores pelo Ministério do Trabalho.

4. Há os “peões do trecho”, que deixaram sua terra em busca de trabalho. Nos chamados “hotéis peoneiros”, onde se hospedam à espera de serviço, são encontrados pelos “gatos”, que “compram” suas dívidas e os levam às fazendas. A partir daí, os peões tornam-se seus devedores e devem trabalhar para abater o saldo.

5. Já na chegada, o peão vê que a realidade é bem diferente. A dívida que tem por conta do transporte aumentará, uma vez que o material de trabalho pessoal é comprado na cantina do próprio “gato”, do dono da fazenda ou de alguém indicado por ele. Os gastos com refeições e outros são anotados em um “caderninho”.

6. Após meses de serviço, o trabalhador não vê dinheiro. Sob a promessa de que vai receber tudo no final, ele continua a derrubar a mata, sempre em situações degradantes e insalubres. Cobra-se pelo uso de alojamentos sem condições de higiene.

7. No dia do pagamento, a dívida do trabalhador é maior do que o total que ele teria a receber. Sem receber nada, ele acaba devedor do “gato” e do dono da fazenda e tem de continuar a trabalhar para tentar quitar a dívida. Ameaças psicológicas, força física e armas também são usadas para a coação.

Fonte: ONG Repórter Brasil

Encobertos por “laranjas”, grileiros raramente são punidos

Pelo menos 70% dos casos de trabalho escravo detectados pelo Ministério do Trabalho e Emprego estão concentrados na região da Amazônia Legal. E a maior parte desses trabalhadores é aliciada no momento do desmatamento da floresta, ação concentrada na mão dos grileiros.

A constatação é do coordenador do Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo do ministério, Marcelo Campos.

– Raramente conseguimos chegar no verdadeiro grileiro. Nas ações de fiscalização, geralmente encontramos o “laranja”, que não tem documentos para comprovar o título da terra – explica Campos.

Ao detectarem a presença de trabalhadores em situação irregular, os auditores fiscais do trabalho determinam a imediata quitação dos débitos dos empregados e aplicam multas.

Todos os relatórios são enviados para outros órgãos, como Ministério Público Federal e do Trabalho e Polícia Federal, para que seja dado prosseguimento a indiciamentos e ações penais e civis. No ano passado, o grupo móvel libertou 4.310 trabalhadores em 84 ações.

A Amazônia recebe trabalhadores em busca de emprego de várias regiões. Lá, eles já chegam devendo transporte e alimentação. Acabam tendo suas dívidas compradas pelos “gatos” que os levam

para as fazendas ou propriedades griladas, onde contraem novas dívidas que os tornam devedores dos empregadores.

– Além disso, o isolamento geográfico – muitas vezes trabalham em áreas localizadas a 80 quilômetros da cidade mais próxima – os impede de fugir. Muitos também são vigiados por guardas armados, que castigam ou matam os que não cumprem as ordens – explica Patrícia Audi, coordenadora do Projeto Nacional do Combate ao Trabalho Escravo da Organização Internacional do Trabalho (OIT) no Brasil.

Segundo Patrícia, a indecisão sobre a que Justiça cabe julgar os processos – se a Federal ou a estadual – acaba por prejudicar a punição aos

que escravizam os trabalhadores.

– A Justiça Federal entende que essas questões são de sua alçada, mas, quando há recursos, os tribunais superiores entendem que a competência é da Justiça estadual – explica. Com isso, muitas denúncias acabam não sendo apuradas.

A Comissão Pastoral da Terra é responsável por grande parte das denúncias referentes à exploração de seres humanos na Amazônia Legal. Para José Batista Afonso, membro da Coordenação Nacional da CPT, a ação dos grileiros está diretamente relacionada a um processo violento de destruição da floresta e à utilização do trabalho escravo.

AMAZÔNIA Sob pressão do agronegócio, índios ameaçados de extinção fogem para áreas isoladas, aponta Cimi

Áreas indígenas também sob ameaça



No início do mês a Fundação Nacional do Índio (Funai), em operação conjunta com a Polícia

Federal e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), expulsou 19 invasores que, a mando de grileiros, invadiram a terra indígena caiapó, no sul do estado do Pará.

Com os invasores, que estavam dando início ao desmatamento no local, foram apreendidos motoserras, espingardas e um revólver. Entre as pessoas detidas, que preparavam a área para pasto, foi identificada a situação de trabalho escravo. Elas denunciaram que agiam a mando de fazendeiros e grileiros que teriam vendido ilegalmente parte da terra caiapó.

Esse é apenas um exemplo dos conflitos que acontecem na Amazônia Legal, onde está localizada a maior parte das etnias e das tribos indígenas do Brasil.

Segundo o coordenador de Assuntos Externos da Funai, Michel Souza, os conflitos acontecem geralmente em duas situações: quando há invasão de terra indígena já demarcada e quando os grileiros adentram áreas que ainda não foram regularizadas, mas que estão em processo de identificação.

No caso dos caiapós, a área de 3,2 milhões de hectares foi homologada em 1991 e abriga hoje 4 mil índios. Os grileiros não chegaram próximo à aldeia, mas estavam tomando parte da área ao redor. As invasões de grileiros em terras

indígenas na Amazônia são identificadas pelos relatos dos próprios índios ou por imagens de satélites que denunciam o desmatamento.

– Temos equipes de fiscalização em algumas áreas, mas é impossível atuar em todas elas, já que as terras indígenas representam 12,5% do território nacional – declara Souza. A Funai está capacitando os próprios indígenas para fiscalizarem suas terras.

Isolamento, fuga e perigo de extinção

O padre antropólogo Gunter Kroemer, membro da coordenação do Conselho Missionário Indigenista

(Cimi-Norte I), que compreende os estados do Amazonas e Roraima, empreendeu recentemente três semanas de viagens pelo sul do Amazonas. O resultado: presença constante de jagunços armados em terras públicas griladas, onde antes habitavam tribos indígenas.

– Os índios estão fugindo para outras áreas isoladas, porque há muita pressão do agronegócio. Eles estão ameaçados de extinção – assinala Kroemer. Como exemplo, ele citou a etnia catavixi, que, segundo ele, não manteria contato com o homem branco.

– Os catavixis, que não sabemos quantos são, foram vistos fugindo

para o norte dos igarapés – completo o coordenador do Cimi.

Para o senador Sibá Machado (PT-AC), os invasores de terras indígenas, sejam eles fazendeiros ou grileiros, são extremamente preconceituosos e se valem de falsas premissas – como a de que índios não trabalham e, por isso, não podem ter terra.

– Há comparações matemáticas sobre qual deveria ser a terra de cada tribo que não se aplicam à realidade, porque o indígena tem um modo de vida diferente – afirma.

Ao comentar conflitos fundiários em terras indígenas, a

senadora Fátima Cleide (PT-RO) destacou a importância de um debate sobre o relacionamento do Estado e da sociedade brasileira com as comunidades indígenas, seus direitos naturais e constitucionais e suas práticas e projetos em relação aos recursos em seus territórios.

Senador por Roraima, Mozarildo Cavalcanti (PTB) considera a demarcação de terras indígenas um “problema de grande complexidade”.

– O que não pode é o país aceitar soluções impostas por organizações não-governamentais (ONGs) estrangeiras – frisou.



Policiais federais, em ação conjunta com a Funai e o Ibama, detêm invasores que desmatavam em terra indígena dos caiapós, no Pará

Morosidade na identificação de terras

A demora nos processos de demarcação de terras indígenas na Amazônia Legal dá força à ação de grileiros na região. A opinião é do coordenador do Instituto Socioambiental (ISA), Márcio Santilli.

Ex-presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Santilli afirma que, nos últimos anos, os números de demarcações de terras têm diminuído consideravelmente.

– O processo de demarcação de terras cumpre várias etapas, tem mesmo que ser um processo cuidadoso, mas há no momento uma morosidade na identificação das terras pendentes e com isso surgem os conflitos – alerta.

Em muitas regiões de fronteiras agrícolas, como no estado de Mato Grosso, ainda há os que utilizam argumentos preconceituosos com relação à população indígena para justificar a tomada de terra, mas segundo Santilli essa visão tem sido mudada pela sociedade, que cada vez mais entende os direitos do índio.

Por isso, a melhor providência é agilizar os processos de demarcação na Amazônia Legal, que regulamentam a posse definitiva dos índios,

concordam Santilli e o deputado federal Eduardo Valverde (PT-RO), coordenador da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas da Câmara.

– Além de acelerar as demarcações das áreas requeridas, é preciso manter um sistema de defesa contra incursões em terras indígenas que visam levar suas riquezas, como madeiras, minérios e outros bens naturais. É um direito dos povos indígenas ter suas terras protegidas – afirma o deputado.

Ele apresentou projeto de lei (PL 3.352/04) que propõe a inclusão no rol dos crimes cometidos contra os índios “a intrusão ou uso não autorizado de terras indígenas” e o “uso não autorizado de riquezas do solo, dos rios e lagos existentes” nas suas terras, ambos com pena de reclusão de três até seis anos.

De acordo com o relatório “A violência contra os povos indígenas no Brasil”, do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), “no período entre 2003 e 2005, a média de terras declaradas por ano não passou de seis. No mesmo período, a média

de assassinatos por ano passou de quarenta. Há uma relação inversamente proporcional entre demarcação e violência. Quanto menos se demarcam terras, mais casos de violência são registrados”.

Além dos grileiros, há estrangeiros que tentam tomar áreas indígenas. A Funai pediu à Polícia Federal em Mato Grosso que investigue o empresário chinês Lu Weiguang, que, em entrevista ao jornal *O Globo*, afirmou ter comprado há dois anos mil quilômetros quadrados da floresta amazônica em uma reserva indígena naquele estado.

A empresa Anxin, do empresário chinês, é a maior importadora de madeira bruta do Brasil e é a líder do setor de produtos madeireiros na China.

A Amazônia Legal abrange nove estados, em 5 milhões de hectares. De acordo com a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira, na região vivem mais de 200 mil índios, equivalentes a 60% da população indígena do Brasil

Empresário chinês do ramo madeireiro diz ter comprado área indígena

Dorothy Stang: missionária foi morta por contrariar fazendeiros

Depois de muito lutar pela implantação de um projeto de desenvolvimento sustentável no interior do Pará, a missionária norte-americana Dorothy Stang foi assassinada no dia 12 fevereiro de 2005, em Anapu, naquele estado, que detém os maiores índices de mortes violentas no campo.

Ela era uma líder popular na região e trabalhava em parceria com órgãos como o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), que previa a distribuição de terras para colonos, o que incomodava os fazendeiros da região.

A senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) defendeu a decisão judicial que condenou Amair Feijoli da Cunha, o Tato, a 18 anos de prisão pela acusação de intermediar o assassinato da missionária.

– Isso nos coloca a perspectiva de que é possível haver justiça – declarou.

Os pistoleiros Rayfran das Neves e Clodoaldo Batista, a quem Tato teria pago para executar o crime, receberam penas de 27 e 17 anos, respectivamente. O primeiro terá direito a um novo julgamento.

Já o fazendeiro Regivaldo Galvão e o agricultor Vitalmiro de Moura, acusados de mandantes do crime, ainda serão julgados.

Dorothy Stang chegou a ser ouvida pela Comissão Mista Parlamentar de Inquérito da Terra, finalizada no ano passado. Em dois anos de atividades, foram ouvidas mais de cem pessoas, entre proprietários de terras, trabalhadores rurais, pesquisadores e funcionários do governo.

Para o senador Alvaro Dias (PSDB-PR), que presidiu a comissão, a desorganização fundiária é que causa esse tipo de crime.

– No interior do Pará, especialmente, prevalece a lei da selva e permanecem impunes os assassinatos de muitas vítimas anônimas – disse Alvaro Dias, quando da morte da missionária.



Assassinada em 2005, Dorothy havia sido ouvida na CPI da Terra sobre conflitos fundiários

SANGUESSUGAS Três senadores são notificados pelo Conselho de Ética. Magno Malta já entregou suas explicações

Prazo de defesa acaba nesta segunda



O presidente do Conselho de Ética, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), deu prazo até as 16h desta segunda-feira para que os senadores Ney Suassuna (PMDB-PB), Serys Slhessarenko (PT-MT) e Magno Malta (PL-ES) enviem suas defesas prévias por escrito ao Conselho de Ética. Malta já entregou sua defesa (*veja abaixo*). Os três foram citados em relatório parcial da CPI dos Sanguessugas por suposto envolvimento no esquema destinado à utilização de recursos do Orçamento da União na compra de ambulâncias superfaturadas.

João Alberto informou que vai escolher até a noite desta segunda-feira, entre os 15 membros do colegiado, os relatores dos processos disciplinares. Em entrevista à Agência Senado, ele afirmou que já leu parte do relatório da CPI e que, na segunda à noite, estará com a leitura concluída e a defesa dos três senadores em mãos. Com isso, terá condições de dar início às investigações, no âmbito do Conselho de Ética, na terça-feira.

O presidente do conselho já havia manifestado sua opinião de que, no caso de o colegiado concluir pela elaboração de projetos de resolução propondo a cassação dos mandatos dos senadores, o Plenário deve deliberar sobre a questão antes das eleições marcadas para 1º de outubro. Segundo João Alberto Souza, a votação em Plenário antes das eleições é necessária para que o Senado “não fique na berlinda” e dê uma resposta à sociedade “neste momento muito difícil”.

O senador adiantou que já tem os prováveis nomes dos relatores, mas preferiu não anunciá-los porque apenas foi feita uma consulta preliminar aos senadores. No entanto, ele adiantou que não fará indicação de relatores dos partidos dos senadores investigados.

João Alberto explicou ainda que caberá aos relatores decidir pela necessidade de depoimentos, acareações e viagens, ou mesmo acolher integralmente o relatório da CPI dos Sanguessugas e as investigações preliminares da Corregedoria do Senado.

Tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos Deputados, os



O presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, João Alberto de Souza, disse que planeja iniciar as investigações nesta terça-feira

processos são automaticamente arquivados com a renúncia do parlamentar, desde que ela seja solicitada antes da abertura do processo disciplinar pelos respectivos conselhos de Ética. Assim, o senador ou deputado não perde os direitos políticos por oito anos, conforme previsto na legislação pertinente, e pode concorrer a novo mandato. No entanto, se o parlamentar for reeleito, o processo disciplinar pode ser desar-

quívado, caso haja pedido formal nesse sentido à Mesa diretora da Casa em questão.

Em caso de renúncia após a abertura dos processos, não há previsão de arquivamento dos mesmos. Segundo o artigo 20 do Código de Ética e Decoro Parlamentar do Senado, “o processo disciplinar não será interrompido pela renúncia do senador ao seu mandato nem serão, pela mesma, elididas as sanções eventualmente aplicáveis

ou seus efeitos”.

Diante da sinalização de João Alberto de que poderia arquivar as denúncias contra os três senadores, o vice-presidente do Conselho de Ética, senador Demostenes Torres (PFL-GO), afirmou que o presidente do colegiado não tem essa prerrogativa. Demostenes anunciou que, se a decisão de João Alberto for pelo arquivamento, irá recorrer ao Plenário da Casa e ainda entrar com um mandado de segurança no Supremo Tribunal

Federal (STF) alegando abuso de autoridade.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, disse ter certeza de que o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar agirá com isenção e responsabilidade, como sempre fez, no caso dos três senadores denunciados pela CPI dos Sanguessugas. Indagado por jornalistas se os processos contra esses senadores resultarão em *pizza*, ele respondeu: “Não”.

Suassuna se afasta da liderança do PMDB

O senador Ney Suassuna (PB) licenciou-se, por 60 dias, da função de líder do PMDB no Senado e renunciou ao posto de titular no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. Segundo explicou em Plenário na terça-feira passada, as medidas foram tomadas pela necessidade de se dedicar à campanha eleitoral e evitar eventuais constrangimentos aos colegas de partido e ao conselho em seu julgamento. Ao comunicar seu afastamento da liderança do PMDB, função que exerceu por quase dois anos, Suassuna disse que o fez por um “compromisso de respeito e afeto ao único partido da sua vida”. Ele escolheu como seu substituto interino o senador Wellington Salgado (PMDB-MG). O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), informou na terça-feira que será realizada com urgência perícia da assinatura de Suassuna que aparece em documentos da CPI. Segundo Tuma, Suassuna afirmou que uma de suas funcionárias teria falsificado sua assinatura.

– Tendo a prova de que houve a assinatura dela, vamos saber se foi induzida por alguém ou por ordem do senador e quais foram as circunstâncias que a levaram a assinar e se alguém levou vantagem – observou Tuma.

Serys renuncia a suplência no conselho

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) encaminhou à Mesa do Senado, na quinta-feira passada, ofício comunicando sua renúncia ao cargo de suplente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar. A senadora justificou o ofício argumentando que aguarda a evolução das investigações da CPI dos Sanguessugas.

De acordo como o relatório parcial da CPI, em que Serys foi citada, seu genro Paulo Roberto teria recebido R\$ 35 mil em dinheiro do empresário Luiz Antônio Vedoin, sócio da Planam, empresa que fornecia as ambulâncias superfaturadas. O dinheiro seria usado para pagar dívidas de campanha da senadora.

De acordo com Luiz Antônio, tratava-se de pagamento pela aprovação de uma emenda apresentada pela senadora para o exercício de 2004, no valor de R\$ 1 milhão, visando à compra de ambulâncias por prefeituras de Mato Grosso. Ela qualifica as suspeitas que lhe lançam de “um linchamento” e as atribui ao fato de ser candidata ao governo de Mato Grosso.

– Trata-se de um linchamento político, promovido sabe Deus por quem. Se eu soubesse quem são, estariam todos na cadeia – afirmou Serys.

Magno Malta entrega defesa em duas horas

Apenas duas horas depois de ter sido notificado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, o senador Magno Malta (PL-ES) entregou, no início da noite de quarta-feira passada, sua defesa prévia em relação ao seu suposto envolvimento no esquema de corrupção apurado pela CPI dos Sanguessugas. Ainda na quarta-feira, em discurso no Plenário, Malta voltou a negar qualquer envolvimento com a máfia das ambulâncias.

– Eu nunca coloquei emenda, nunca participei de máfia de ambulância, nunca falei com ninguém – garantiu o senador. Malta afirma que o carro que teria recebido da Planam foi emprestado a ele pelo ex-deputado Lino Rossi (PP-MT) e devolvido há mais de um ano, em Cuiabá, como atesta recibo da empresa Transgrancap que ele exibiu da tribuna.

Magno Malta também reafirmou não compreender o motivo de ter sido citado no relatório da CPI, pois não se enquadrava nos critérios usados pela comissão: ter recebido dinheiro em conta ou na conta de assessores; ter, por ação ou omissão, permitido que assessor ou funcionário recebesse benefícios ou vantagens; ter usado servidores ou terceiros para recebimento de dinheiro ilícito em espécie ou em contas bancárias.

“Fiz isso por um compromisso de respeito e afeto ao único partido da minha vida”

Ney Suassuna, sobre seu licenciamento da liderança do PMDB

“Nunca coloquei emenda, nunca participei de máfia, nunca falei com ninguém”

Magno Malta, sobre sua suposta ligação com a máfia das ambulâncias

“Trata-se de um linchamento político. Se eu soubesse quem são, estariam todos na cadeia”

Serys Slhessarenko, sobre acusações feitas contra ela e o genro

Trâmite no Conselho de Ética

Saiba quais são os passos do processo contra os senadores no colegiado

- 1 Ao receber a denúncia contra um senador, o presidente do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar pode designar um relator para o caso ou nomear, se considerar necessário, uma comissão de inquérito com três dos 15 membros.
- 2 Após a indicação dos relatores, o conselho está obrigado a encerrar os processos em 30 dias, incluídos aí, se necessário, procedimentos como audição de testemunhas, perícia e outras ações de prova solicitadas pelos acusados.
- 3 Cabe ainda ao presidente do conselho conceder prazo de cinco sessões ordinárias para que o acusado apresente defesa prévia escrita e as provas da sua inocência. No caso dos senadores Ney Suassuna, Magno Malta e Serys Slhessarenko, houve um acordo para que esse prazo fosse reduzido para apenas três dias úteis. Os três tiveram seus nomes incluídos no relatório da CPI dos Sanguessugas.
- 4 Após a defesa, num prazo de cinco sessões, o conselho profere parecer pelo arquivamento ou pela procedência da representação contra o parlamentar.
- 5 O Código de Ética e Decoro Parlamentar prevê quatro medidas disciplinares a serem aplicadas aos senadores acusados de quebra de decoro parlamentar: advertência, censura (verbal ou escrita), perda temporária do exercício do mandato ou ainda cassação do mandato.
- 6 Em caso de pena de perda de mandato, o parecer é encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que terá o prazo de cinco sessões para o exame dos aspectos constitucional, legal e jurídico da representação.
- 7 Recebendo parecer favorável da CCJ e concluída a tramitação no Conselho de Ética, o processo é encaminhado à Mesa do Senado, que o coloca em votação no Plenário, em sessão secreta e por maioria absoluta de votos.

SANGUESSUGAS Conclusões da CPI recomendam maior rigor nas emendas e fim de repasse a empresas privadas



Entre Biscaia e Tuma (D), o presidente do Senado, Renan Calheiros, recebe relatório parcial da CPI

Contra a corrupção, controle nas emendas



A ampliação do controle sobre as emendas individuais ao Orçamento da União ou mesmo a extinção delas, para evitar novos esquemas de corrupção alimentados com verbas federais, foram sugestões incluídas no relatório parcial da CPI dos Sanguessugas.

Inseridas no Orçamento por senadores e deputados com a finalidade de assegurar recursos para projetos em suas bases eleitorais, essas emendas foram usadas no sistema de fraudes em licitações que motivou a abertura da CPI.

As emendas individuais, segundo o relatório, poderiam ser mantidas desde que sob regras mais severas na execução dos gastos, inclusive a definição de modalidades de despesas que poderiam ser supridas. Haveria também regras para reduzir o grau de arbitrariedade por parte do

Executivo na liberação das verbas que se originam dessas propostas. A essa arbitrariedade se atribuem em grande parte as distorções que favorecem as fraudes.

Na forma como hoje existe, diz o relatório, a emenda individual “pode ser e é utilizada como instrumento de tráfico e barganha política”. Porém, há a ressalva de



Relatório do senador Amir Lando defende maior rigor sobre emendas orçamentárias

que as emendas coletivas – assinadas pelas bancadas dos estados ou comissões da Câmara e do Senado – também se prestam aos mesmos desvios. O texto observa que a Planam, empresa apontada como cabeça da chamada máfia das ambulâncias, operou com transferências de recursos das emendas coletivas e até com verbas da programação do próprio Ministério da Saúde.

Tomando como base as declarações do sócio da Planam, Luiz Antônio Vedoin, o relatório propõe limites para as transferências de recursos às prefeituras ou entidades beneficiadas. Vedoin explicou que deixou de atuar na intermediação de ônibus escolares e passou a trabalhar com veículos de transportes de doentes. Segundo ele, o antigo “negócio” deixou de ser rentável a partir da fixação de um limite de repasse para a compra de cada ônibus, de R\$ 35 mil por unidade zero quilômetro.

Inelegível pode perder subterfúgio para se candidatar

O relatório parcial da CPI dos Sanguessugas inclui proposta para impedir que políticos punidos pelos tribunais de contas por mau uso de dinheiro público possam ser novamente candidatos por meio da interposição de recursos visando permitir que a punição seja apreciada pela Justiça.

Pela norma atual, a Lei das Inelegibilidades (Lei Complementar 64/90), os candidatos que tiverem

suas contas rejeitadas ficam sem direito a concorrer nas eleições que se realizarem nos cinco anos seguintes, mas esse dispositivo não tem efeito se houver recursos judiciais pendentes de decisão final.

Com a alteração proposta, de acordo com esboço originalmente elaborado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a lei determinará que a suspensão da inelegibili-

dade só ocorra se já tiver sido dada sentença expressa do Poder Judiciário revertendo o resultado do julgamento dos tribunais de contas.

Em face das mudanças sugeridas, gestores públicos punidos com multa por atos que geraram prejuízos ao erário também ficam inelegíveis – e não somente aqueles condenados em julgamento de contas.

“Repases a empresas privadas devem acabar”

A CPI dos Sanguessugas também defende que empresas privadas fiquem impedidas de receber recursos orçamentários para construção, ampliação e compra de equipamentos. Seriam mantidos apenas os repasses a título de subvenção, que cobrem gastos de manutenção, já previstos em legislação complementar.

O relatório parcial sugere a proibição de repasses a entidades em que membros de qualquer dos três Poderes (Legislativo, Executivo ou Judiciário), bem como seus cônjuges, companheiros e parentes até terceiro grau, sejam ou tenham sido, nos últimos cinco anos, proprietários, controladores, diretores ou empregados.

Em seu trabalho, a comissão constatou a presença ou influência de parlamentares e outras autoridades, além de parentes, em empresas que participaram do esquema de compras superfaturadas de ambulâncias.

O texto constata que os esquemas de corrupção para desvio de verbas federais são viabilizados no momento da execução orçamentária, por meio de fraudes nas licitações, com direcionamento dos vencedores e superfaturamento. Por isso, também propõe uma revisão completa na legislação que trata das licitações públicas, além de sugerir o uso preferencial do pregão eletrônico.

O relatório também recomenda

que as transferências voluntárias federais sejam condicionadas à aprovação da prestação de contas de convênio anterior com o mesmo beneficiário.

Para aperfeiçoar o sistema de fiscalização e controle, o texto indica que tanto os pagamentos quanto as informações relativas aos contratos e licitações feitos entre municípios e seus fornecedores, com base em recursos federais, sejam demonstrados no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

Os membros da comissão querem ainda criar no Congresso Nacional uma comissão mista com a atribuição de fiscalizar as contas do governo.

CPI vota requerimentos no esforço concentrado

O presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), marcou a próxima reunião do colegiado para o dia 5 de setembro, durante a semana de esforço concentrado do Congresso, quando deputados e senadores deverão estar em Brasília para a votação de projetos importantes. Ele tomou a medida a fim de evitar falta de quórum para a votação de requerimentos importantes, como ocorreu na última terça-feira.

Dois assuntos estão na pauta da reunião da CPI: a votação de 107 requerimentos e a definição do cronograma da segunda fase de investigações, que se estenderá até meados de dezembro.

Entre os requerimentos em pauta, há aqueles considerados polêmicos porque solicitam a convocação dos ex-ministros da Saúde Humberto Costa e Saraiva Felipe, ambos do atual governo, para prestar esclarecimentos sobre fatos que ocorreram no ministério durante a gestão deles. Os requerimentos polêmicos requerem a presença de pelo menos 50% dos membros da comissão, composta por 18 deputados e 18 senadores.

Apesar de não haver requerimento para se convidar também o ex-ministro da Saúde José Serra, do governo Fernando Henrique Cardoso, alguns membros da CPI defendem essa convocação, já que há indícios de que

o esquema de corrupção teria começado no ano 2000.

A comissão foi instalada no dia 22 de maio com o objetivo de investigar denúncias de irregularidades no uso de recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias com preços superfaturados.

No início das investigações, acreditava-se que o esquema envolvia somente a área da saúde, mas, hoje, a comissão já sabe que o grupo de fraudadores atuava também em outros

ministérios e que o esquema abrangia ainda recursos extra-orçamentários.

Biscaia disse na semana passada que, até o dia 29

de agosto, a CPI fará um levantamento da participação de integrantes do Poder Executivo no esquema. A investigação deverá alcançar os ministérios da Saúde, da Ciência e Tecnologia e da Educação e um grupo de prefeituras.

O comando da CPI e os assessores técnicos deverão viajar a Cuiabá nesta semana para ouvir o juiz encarregado do caso, Jefferson Schneider, da 2ª Vara Federal de Mato Grosso, e a Polícia Federal. Provavelmente serão ouvidos também o principal empresário envolvido nas fraudes, Luiz Antônio Trevisan Vedoin, dono da Planam; o pai dele e sócio na empresa, Darci Vedoin; além de Ronildo Medeiros, outro empresário envolvido nas denúncias de superfaturamento.

Procurador-geral pede novos inquéritos ao STF

O procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, encaminhou na quinta-feira ao Supremo Tribunal Federal (STF) pedidos de abertura de inquérito contra 27 parlamentares envolvidos com a máfia das ambulâncias. O STF já havia denunciado 57 parlamentares no início das investigações. Com os novos pedidos, chega a 84 o número de denunciados ao Supremo.

A CPI dos Sanguessugas, por sua vez, havia recomendado aos conselhos de Ética do Senado e da Câmara a abertura de processo por quebra de decoro contra 72 parlamentares suspeitos de envolvimento no esquema de compra superfaturada de ambulância – 12 deputados e senadores a menos que o total denunciado ao STF.

O procurador manteve sob sigilo os nomes dos novos parlamentares a serem indiciados pelo Supremo. Mas sabe-se que todos exercem mandato atualmente, uma vez que têm foro privilegiado para serem julgados pelo STF.

– Com a documentação da

CPI em mãos, a equipe da Procuradoria vai analisar o envolvimento de todos os parlamentares na máfia das ambulâncias. Delimitamos as investigações em 90 parlamentares. Se surgirem novos nomes, serão notificados – disse o presidente da comissão, deputado Antonio Carlos Biscaia, que na semana passada entregou cópia do relatório parcial da comissão ao procurador-geral.

Segundo a Procuradoria, os deputados que renunciarem aos mandatos, mas estiverem respondendo na Justiça às acusações, perderão imediatamente o foro privilegiado e os processos retornarão à primeira instância. Se, depois da renúncia, os parlamentares forem reeleitos nas eleições de outubro, os processos retornam ao Supremo.

O procurador-geral afirmou já ter elementos que apontam também a participação de vários prefeitos nas fraudes. Segundo ele, em pelo menos três estados há investigações em andamento pelas procuradorias regionais: São Paulo, Minas Gerais e Mato Grosso.

PROPOSTAS

Emenda de Simon amplia poderes do MP

Uma proposta de emenda à Constituição do senador Pedro Simon (PMDB-RS) visa ampliar os poderes do Ministério Público, para dar à instituição a incumbência de, além de exercer o controle externo da atividade policial, direcionar (conduzir) a investigação criminal, com o auxílio dos órgãos da polícia judiciária.

Atualmente, a Constituição prevê apenas o controle externo dessa atividade pelo Ministério Público, sem mencionar a quem cabe o “direcionamento da investigação criminal”.

Na justificção do projeto (PEC 20/06), Simon diz que as reformas legislativas efetuadas na Itália, em Portugal e na Espanha deixaram a fase investigatória do crime sob a direção do Ministério Público, acompanhando as modernas democracias ocidentais, como a Alemanha, os Estados Unidos e a França, com resultados imediatos, conforme se verificou com o êxito

da Operação Mãos Limpas, que desvendou as conexões entre a máfia e o poder público.

A iniciativa aguarda relator na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado, onde será votada antes de ser submetida ao Plenário.

“O autor da ação penal, que é o Ministério Público, deve direcionar a colheita da prova que será apresentada em juízo, com a presença das partes, garantindo-se, desse modo, a eficácia da persecução penal e os direitos individuais dos acusados”, argumenta o senador.

De acordo com Simon, o sistema inquisitorial atualmente adotado no Brasil caracteriza-se



GERALDO MAGELA

Simon acredita que o autor da ação penal deve também conduzir as investigações

pela morosidade, em razão de se repetir, em juízo, tudo o que foi feito no inquérito policial. No seu entender, isso resulta em demora na aplicação da lei e na frustração da sociedade ante a ineficácia do poder público no combate à criminalidade.

Maior rigor contra os crimes ambientais

Os autores de crimes ambientais podem ter mais dificuldades para escapar da Justiça, caso a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprove projeto do senador Paulo Paim (PT-RS). A proposta (PLS 271/04) altera a Lei 9.605/98, reorganizando a instauração e tramitação de processo destinado a punir quem comete crime ambiental. O parlamentar identificou nessa lei lacunas e incoerências que, em sua avaliação, propiciam a impunidade do infrator.

Na justificção do projeto, Paim apresenta a situação hipotética de um fiscal que autue um infrator no interior do país. Se o auto de infração for lavrado dez dias depois, como permite a lei, a partir dessa última data começa a contagem legal de 30 dias para ser julgada a infração. Porém, o prazo da defesa do infrator começa a contar não a partir do dia da autuação, mas do momento em que ele tiver conhecimento dela. Portanto, se ele agir de má-fé, poderá esquivar-se de conhecer oficialmente a autuação durante meses.

Apesar disso, argumenta o senador, a autoridade competente tem que agir dentro do prazo de 30 dias contados a partir da lavratura da autuação. Com isso, não é raro o julgamento do infrator ocorrer antes da apresentação da defesa. De acordo com Paim, o infrator ainda pode ingressar no Judiciário, alegando intempestividade no julgamento ou cerceamento do seu direito de defesa.

– Com isso, a ação dos fiscais fica inócua e o meio ambiente penalizado diante da impunidade do infrator, que acaba por ser incentivado à prática de mais crimes ambientais.

– Com isso, a ação dos fiscais fica inócua e o meio ambiente penalizado diante da impunidade do infrator, que acaba por ser incentivado à prática de mais crimes ambientais.

Contrato com fraudador renderá pena mais severa

A CCJ deverá votar, em decisão terminativa, projeto (PLS 176/06) do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que pune com detenção de dois a quatro anos e multa os agentes públicos que celebrarem contrato ou licitação com pessoa jurídica que tenha em seus quadros cotista, acionista controlador, conselheiro ou membro da diretoria condenado, sem direito a recurso, pela prática de crime de fraude contra a administração pública, o sistema financeiro ou as finanças públicas.

A mesma pena será aplicada aos que, condenados pela prática desses crimes, venham a participar de licitação ou a contratar com a administração pública. O projeto aguarda designação do relator na CCJ.

Tourinho cita fatos recentes que indicariam a existência de rede de corrupção envolvendo agências de publicidade a serviço do governo e os caixas dois de campanha, lembrando de-



CÉLIO AZEVEDO

Tourinho vê no caixa dois a raiz das fraudes envolvendo agências de publicidade

núncia do procurador-geral da República contra 40 envolvidos no esquema que ficou conhecido como valerioduto.

Para Tourinho, os políticos, “aqui e ali, vêm-se valendo dessa engenhosidade para passar ao largo da legislação eleitoral”. O procedimento, observou, tem aumentado as práticas irregulares e atingido, em especial, a área das empresas de publicidade.

Osmar Dias propõe o uso de biodiesel e álcool por aviões

O senador Osmar Dias (PDT-PR) quer incentivar o uso de álcool combustível e biodiesel na aviação comercial brasileira, em especial nas aeronaves utilizadas na lavoura. Projeto de sua autoria (PLS 416/05), que aguarda votação na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, altera o Código Brasileiro de Aeronáutica para introduzir essa mudança na aviação brasileira.

O projeto estabelece que, em caráter excepcional e sem prévia homologação da autoridade aeronáutica, poderão ser operadas, em território nacional, aeronaves com matrícula brasileira, convertidas para a utilização de álcool combustível ou biodiesel, em oficinas cre-

denciadas pelo poder público.

O mesmo texto estabelece que a conversão de aeronaves para utilização de álcool combustível ou biodiesel atenderá a padrões e procedimentos estabelecidos pela autoridade aeronáutica. Determina ainda que essas aeronaves não poderão ser exportadas, operadas fora do território nacional nem exploradas em serviços de transporte comercial de passageiros.

Em defesa do projeto, Osmar Dias argumenta que a alta dos preços do petróleo, observada ao longo dos últimos anos, tem aumentado os custos de operação de aeronaves agrícolas, tornando, em muitos casos, a operação praticamente inviável.

Idosas podem ter benefício de um mínimo aos 60 anos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve apreciar o projeto que reduz de 65 para 60 anos a idade mínima para a concessão do benefício de um salário mínimo a mulheres que não tiverem meios para se sustentar. Hoje o valor é pago a idosos nessas condições com idade superior a 65 anos, sejam homens ou mulheres.

A proposta (PLS 15/05), apresentada pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), teve origem em sugestão da Associação Comunitária de Chonin de Cima, de Governador Valadares (MG).

Relator da matéria na CDH, o senador Ney Suassuna (PMDB-PB) adaptou a proposta daquela

associação comunitária de forma a modificar o artigo 34 da Lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso), a fim de garantir esse benefício nos termos da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas).

Na justificção do projeto, Suassuna diz que a Constituição sinaliza o limite mínimo de 65 anos para a concessão desse tipo de benefício, ao fixar essa idade para o início da aposentadoria no Regime Geral da Previdência Social e para a concessão de gratuidade nos transportes coletivos urbanos.

Ele observa, entretanto, que o próprio Estatuto do Idoso afirma ser idosa a pessoa com mais de 60 anos, o que justificaria a redução sugerida.

Proposta de Raupp protege direito de quem compra imóvel

Valdir Raupp (PMDB-RO) pretende alterar o Código Civil para prever, de forma mais clara, o dever do corretor de imóveis de informar o cliente sobre os riscos do negócio. O projeto será votado em decisão terminativa pela CCJ.

Raupp alega que o artigo 723 do Código Civil “reúne indevidamente comandos díspares” sobre como o corretor deve informar o cliente quanto ao risco do empreendimento, sob pena de ter que indenizá-lo por perdas e danos.

Pelo projeto (PLS 171/06), o senador vai inserir um parágrafo específico, determinando que o corretor estará obrigado a informar ao cliente o grau de risco do negócio, assim como eventuais alterações de valores, condições ou fator capaz de alterar os resultados da incumbência, sob pena de responder por perdas e danos.

Fiador não deve correr risco de perder imóvel, diz João Alberto

João Alberto Souza (PMDB-MA) apresentou projeto de lei (PLS 74/06) para proteger o cidadão que se dispuser a ser fiador em contrato de aluguel. A iniciativa, que aguarda decisão terminativa na CCJ, retira da Lei 8.009/90 dispositivo que permite a penhora da residência de quem tem dívida decorrente de fiança concedida em contrato de locação.

O senador diz ser inaceitável o locatário que não honra seus compromissos encontrar proteção na lei, enquanto os fiadores são sujeitos a arcar com dívida que não contraíram e, mais grave, a perder a moradia em que vivem com a própria família, em razão da possibilidade de penhora.

– É evidente que existe nessa norma uma inversão de valores no que tange ao fiador do locatário. A fiança é importantíssima nas transações comerciais, mas a Lei 8.009/90, com a alteração sofrida em 1991, transformou esse instituto em medida temerária, porque superdimensiona o risco da fiança.

Voz do Leitor

BRIGA DE GALO

“Sugiro a criação de leis mais incisivas sobre crimes praticados contra os animais. Há várias cidades do interior que promovem brigas de galo e não há fiscalização por parte da polícia.”

Sérgio Nunes de Oliveira, de Ceará-Mirim (RN)

VIOLÊNCIA FAMILIAR

“A sanção da lei de prevenção e combate à violência doméstica e familiar é discriminatória. A lei oferece sanções apenas aos homens que agredem mulheres, mas há casos em que as mulheres são agressoras.”

Guido Chiniara Batuta, de Valinhos (SP)

PARTIDOS POLÍTICOS

“Antes de se instaurar a cláusula de barreira, os partidos políticos devem poder apresentar seus ideais políticos para toda a população brasileira. Se a cláusula de barreira vigorar, será uma grande perda para a democracia. Os partidos pequenos devem continuar existindo com os mesmos direitos dos grandes partidos políticos.”

Cândido de Matos Gomes, de Reserva (PR)

PORTE DE ARMA

“É um tremendo equívoco aprovar o porte de arma para guardas municipais. Imagino até que o Congresso Nacional desconheça fatos ocorridos com guardas sem experiência, principalmente portando uma arma. Há projetos mais vantajosos a serem aprovados: o das reformas previdenciária e judiciária, e o que trata de cooperativismo entre funcionários e agentes públicos.”

Cláudio Santiago, de Maracás (BA)

ALFABETIZAÇÃO

“Considero um deboche a prefeitura de São Paulo pagar para estudantes de Letras e de Pedagogia ensinarem alunos de escolas públicas a ler. O programa se chama Ler e Escrever. A verba extra para o salário dos estudantes somos nós, os contribuintes, que vamos pagar. Nós já pagamos impostos para o salário dos professores, e os estudantes é que vão ensinar os alunos? Até quando vamos viver com esse descaso? Quando será que as autoridades vão começar a cobrar dos professores que cumpram minimamente sua obrigação, que é ensinar a ler e escrever? Essa verba deveria ser investida em outros benefícios para os alunos, que deveriam ser a prioridade.”

Silvano Milan de Souza, de São Paulo (SP)

BANHEIROS PÚBLICOS

“Sugiro um projeto de lei para que os correios e telégrafos construam banheiros públicos em suas agências.”

Antônio Salviano Neto, de Caicó (RN)

CHEFIA

“Deveria ser criada uma lei proibindo a nomeação para cargos de chefia nas estatais e órgãos públicos por critérios políticos e partidários. Esses cargos deveriam ser preenchidos por critérios de avaliação permanente dos servidores efetivos, ou seja, de carreira. Assim o servidor público seria valorizado. Isso também reduziria a corrupção, visto que teria mais transparência e menos privilégio na gestão dos servidores que há anos defendem a ética, a responsabilidade e o comprometimento no serviço público.”

Fábio Alves Leão, de Rio Verde (GO)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao Senador

BR-472

Robson Diego Welter Fritzen, de Crissiumal (RS)

“Senador Sérgio Zambiasi, quem é responsável pela BR-472, que fica no noroeste gaúcho e está em péssima situação de rodagem? O estado ou a União? Solicito esclarecimentos.”

O senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) responde:



Por ser uma BR, a responsabilidade por essa rodovia é do governo federal. Houve, alguns anos atrás, um processo de estadualização que acabou criando um hiato, deixando muitas rodovias em situação de semi-abandono. Através de muitas mobilizações, o governo elaborou a Operação Tapa-Buracos objetivando corrigir problemas sérios, mas essas estradas tinham uma situação indefinida e, por isso mesmo, não estavam sendo beneficiadas com os recursos do programa federal. Mas, sem dúvida, a responsabilidade por essas obras é do governo federal e acredito que as rodovias de sua região serão atendidas pelo programa de recuperação.

TELE SENA

Jadson Moisés Santos, de Aracaju (SE)

“Senador Efraim Morais, por que a Tele-Sena não está na CPI dos Bingos?”

O senador Efraim Morais (PFL-PB) responde:



A questão da Tele-Sena foi um dos assuntos investigados pela CPI dos Bingos. Levantamos tudo o que diz respeito a jogos, em especial os que estavam sob o comando da Caixa, que tinha contrato com a GTech. O assunto foi analisado e o que conseguimos apurar foi enviado para o Ministério Público. Entregamos pessoalmente ao procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza, o relatório final da CPI. Cabe agora ao MP tomar uma decisão sobre as conclusões da CPI. Nos casos que investigamos, apresentamos suspeitas ou provas, e tenho certeza de que essas questões serão analisadas e os culpados serão punidos.

LEIS REGULAMENTADAS

Sérgio Augusto Dibner Maravalhas, de Curitiba (PR)

“Existem muitas leis no Brasil, mas poucas são regulamentadas, exemplo disso é a Lei 14.254/03, que estabelece os direitos de responsabilidade dos usuários do SUS. Qual sua opinião sobre a falta de regulamentação das nossas leis?”

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) responde:



Você tem toda razão. Costuma-se votar projeto de lei cuja regulamentação depende de leis complementares, que muitas vezes demoram anos para ser apreciadas. Com isso, o legislador deve, sempre que possível, evitar enviar um projeto para uma lei complementar, para que não ocorra o que está acontecendo com a Lei 14.254/03.

Frases

“Eu conheço esta refinaria desde menino e já tenho 60 anos”

José Jorge, sobre fotos de refinaria que o presidente Lula apresentou no programa eleitoral do PT como obra de seu governo.

“Se deixarmos as paixões e as questiúnculas de lado, chegaremos à conclusão de que a manutenção do desenvolvimento sustentável da economia vem dando resultados”

Sibá Machado, em elogio ao balanço de governo feito pelo presidente Lula no programa eleitoral do PT.

“Não vamos tomar o mandato de um senador por um crime que ele não cometeu. Mas, se cometeu, estou pronto a cortar na própria carne”

João Alberto, presidente do Conselho de Ética, que vai analisar processo contra três senadores que estariam envolvidos com a chamada máfia das ambulâncias.

“Não queremos que o Senado participe da produção de uma grande pizza”

Demostenes Torres, preocupado com declaração de João Alberto de que o processo contra três senadores poderia ser arquivado.

“O voto nulo acaba por favorecer aqueles que compram votos, além de políticos corruptos que sustentam esquemas eleitorais”

Lúcia Vânia, preocupada com a proliferação de comunidades pregando, na internet, voto nulo nas eleições de 1º de outubro.

“Ele quer acabar com a imunidade parlamentar, porque aqui é onde se diz a verdade sobre as coisas que acontecem no Brasil, embora muitos o façam sem a autoridade indispensável, principalmente na Câmara dos Deputados, com os escândalos dos valeriodutos e dos mensalões”

Antonio Carlos Magalhães, rebatendo críticas feitas pelo presidente Lula em Salvador.

“Não sou homem de fugir da luta”

Ney Suassuna, ao negar a versão de que teria deixado a liderança do PMDB por pressão da bancada, já que será investigado pelo Conselho de Ética por suposta participação na máfia das ambulâncias.

Foto da Semana

As atenções da semana voltaram-se para os conselhos de Ética da Câmara e do Senado, que receberam denúncias da CPI dos Sanguessugas acusados de participação na máfia das ambulâncias. No Senado, o presidente do órgão, João Alberto, anuncia nesta semana os relatores dos casos que envolvem senadores



MOREIRA MARIZ

Direitos dos idosos na prática

A TV Senado exibe, de sexta a domingo, reportagem especial sobre o Estatuto do Idoso, que entrou em vigor em outubro de 2003 para garantir os direitos das pessoas com mais de 60 anos. Mercado de trabalho, saúde e violência estão entre os temas abordados pelo programa – uma reflexão de especialistas a respeito dos desafios enfrentados pelos idosos, que devem chegar a 20 milhões em cinco anos. A reportagem vai ao ar sexta-feira, às 22h45, sábado, às 16h e 21h30, e domingo, às 22h.

As adaptações que começam a surgir na formação universitária para preparar profissionais capazes de atender às demandas criadas por uma população que está envelhecendo ganharam destaque no especial.

O estatuto assegura remédios gratuitos e atendimento prioritário no Sistema Único de Saúde



Três anos após a aprovação do Estatuto do Idoso, especial da TV Senado mostra os desafios das pessoas com mais de 60 anos

(SUS), mas a assistência à saúde continua sendo um dos grandes problemas para os idosos. Outra situação preocupante é analisada: pesquisa feita pela Secretaria de Pesquisa e Opinião Pública do Senado mostra que a violência contra o idoso ocorre, na grande maioria dos casos, dentro de

casa. E o estatuto é claro: maltratar o idoso é crime e pode dar cadeia.

O Estatuto do Idoso tem 118 artigos e tramitou por mais de cinco anos no Senado e na Câmara dos Deputados. O projeto foi apresentado pelo senador Paulo Paim (PT-RS) ainda durante seu mandato

como deputado federal.

Músico Raul de Souza no Escala Brasileira

A Rádio Senado leva ao ar no sábado, às 23h, pelo *Escala Brasileira*, entrevista com o trombonista Raul de Souza, instrumentista de prestígio mundial. Nascido João de Souza, Raul adotaria o novo nome por sugestão de Ary Barroso, para quem “João trombonista” era muito comum.

O músico começou tocando tamborim, passando pelo trompete, tuba, sax tenor e flauta, antes de se encontrar no trombone. Tocou com Hermeto Pascoal, Radamés Gnattali, Airto Moreira e Flora Purim. É o criador do “Souzabone”, trombone com quatro válvulas, em vez das tradicionais três. Raul saiu do Brasil durante a ditadura militar, em 1969, passando pelo México, Estados Unidos e França, onde vive atualmente.

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Fala Cidadão
3h - Idéias
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Idéias
5h30 - Fala Cidadão
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Especiais/Comissões
12h - Idéias
12h30 - Entrevista 3
13h - Cidadania 3
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Conversa de Músico
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

TERÇA-FEIRA

1h - Cidadania 4
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 4
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 1
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 1
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 2
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 3/Comissões
20h30 - Entrevista 3
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUARTA-FEIRA

1h - Cidadania 3
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 3

4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 4
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 4
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Comissões (ao vivo)
13h - Cidadania 1
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 2/Comissões
20h30 - Entrevista 2
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

QUINTA-FEIRA

1h - Cidadania 2
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 2
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 3
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 3
8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais/Comissões
9h30 - Fala Cidadão
10h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 4
13h45 - Jornal do Senado
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Jornal do Senado
19h - Cores do Brasil/Comissões
19h30 - Cidadania 1/Comissões
20h30 - Entrevista 1
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)

SEXTA-FEIRA

1h - Cidadania 1
2h - Especiais
2h30 - Jornal do Senado
3h - Cores do Brasil
3h30 - Entrevista 1
4h - Jornal do Senado
4h30 - Especiais
5h - Cores do Brasil
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania 2
7h - Especiais
7h30 - Entrevista 2

8h - Especiais
8h30 - Jornal do Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h - Cidadania 3
14h15 - Jornal do Senado
14h30 - Plenário/Comissões (reapresentação)
19h30 - Cidadania 4
20h30 - Entrevista 4
21h - Jornal do Senado
21h30 - Conversa de Músico
22h - Debate Brasil/Espaço Cultural
23h30 - Idéias
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

SÁBADO

1h - Cidadania
2h - Idéias
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Fala Cidadão
4h30 - De Coração
5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Idéias
7h30 - Entrevista
8h - De Coração
8h30 - Jornal do Senado
9h - Especiais
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Idéias
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Fala Cidadão
13h30 - Cidadania
14h30 - Conversa de Músico
15h - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Entrevista
17h30 - Idéias
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Leituras
20h30 - Fala Cidadão
21h - Jornal do Senado
21h30 - Espaço Cultural
23h - Idéias
23h30 - De Coração
24h - Espaço Cultural/Entrevista

DOMINGO

1h - Cidadania
2h - Fala Cidadão
2h30 - Jornal do Senado
3h - Especiais
3h30 - Entrevista
4h - Idéias
4h30 - De Coração

Como sintonizar

TV A CABO

NET, Canbras TVA, Canbras e Vídeo Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky, Directv e Tecsat

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 BE (Banda Estendida), Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s

FEC - 3/4

UHF

Canal 51, no Distrito Federal

5h - Especiais
5h30 - Jornal do Senado
6h - Cidadania
7h - Fala Cidadão
7h30 - Entrevista
8h - Jornal do Senado
8h30 - De Coração
9h - Especiais
9h30 - Idéias
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Fala Cidadão
11h30 - Especiais
12h - Jornal do Senado
12h30 - Entrevista
13h - Idéias
13h30 - Cidadania
14h30 - Espaço Cultural
16h - Debate Brasil/Especiais
17h - Fala Cidadão
17h30 - Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
19h - Cidadania
20h - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Idéias
21h30 - Espaço Cultural
23h - Fala Cidadão
23h30 - De Coração
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica?

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM

Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS

Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros, nas regiões Norte e Nordeste

INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA

Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

RESENHA

Defesa de Antônio Vieira diante da Inquisição

ALEXANDRE GUIMARÃES

O padre Antônio Vieira, português de nascimento (1608), chegou ao Brasil aos sete anos de idade. Aos 18 anos, o chamado “príncipe dos oradores católicos” já era professor de retórica no Colégio de Olinda.

Em 1640, acompanhando o filho do vice-rei brasileiro a Portugal, impressionou o rei João IV com seus talentos e aptidão para os negócios, tornando-se portavozeiro e orador real. Sua ascensão – em 1647 já era diplomata português – causou ao mesmo tempo admiração em alguns e inveja de muitos, que procuravam um meio de expulsá-lo da Companhia de Jesus. Para se proteger, voltou ao Brasil.

Seus inimigos procuraram atacá-lo com seus próprios sermões. Defensor dos índios e dos cristãos-novos – judeus convertidos –, não foi difícil expulsá-lo com 31 de seus companheiros para a Corte e, então, denunciá-lo à Inquisição.

Citado para comparecer diante do Santo Ofício em Coimbra, teve de responder por heresia. Antônio Vieira acreditava nas profecias do poeta quinhentista Antônio Bandarra, que

previa o retorno do histórico dom Sebastião, desaparecido na batalha de Alcácer-Quibir. Era o surgimento em Portugal do Quinto Império do Mundo, que coincidiria com o retorno de Cristo.

O livro *De Profecia e Inquisição*, da coleção Brasil 500

Anos, do Senado Federal, é a transcrição da defesa feita por Antônio Vieira entre 1665 e 1667, período em que esteve preso.

Com a ascensão de dom Pedro II ao trono de Portugal e a graça do papa Clemente X, Antônio Vieira

conseguiu a liberdade e o arquivamento do processo. Sua sabedoria encantava a todos os tronos católicos da Europa e, por sua influência, o papa Inocêncio XI suspendeu a Inquisição em Portugal. Retornou ao Brasil em 1681 e, na Bahia, revisou seus *Sermões* para publicação.

A influência de padre Vieira continuou a irritar os muitos que o acusariam ainda de cumplicidade num assassinato. O processo, no entanto, não avançou: o grande orador faleceu em Salvador em 18 de julho de 1697, próximo de completar seu 90º aniversário.



REPRODUÇÃO/ABRIL CULTURAL

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado Federal. O livro *De Profecia e Inquisição*, que integra a coleção Brasil 500 Anos do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

Aconteceu no Senado

Getúlio constrói volta ao poder pelo voto

Quando foi deposto, em outubro de 1945, Getúlio isolou-se na estância de São Borja, no Rio Grande do Sul, de onde pôde apoiar seu ex-ministro da Guerra, general Eurico Gaspar Dutra, eleito nas primeiras eleições diretas depois da ditadura varguista instituída em 1937.

Em 1946, Getúlio foi eleito senador. Nos quatro anos de mandato que exerceu, soube plantar a semente de um novo governo e lançou sua candidatura à Presidência da República.

A oposição foi ferrenha, em especial a do deputado Carlos Lacerda, que afirmou certa vez em pronunciamento: “Esse homem [Getúlio] não pode se candidatar, se se candidatar não poderá ser eleito, se for

eleito não poderá tomar posse, se tomar posse não poderá governar”.

Getúlio, no entanto, saiu vitorioso no pleito de 3 de outubro de 1950, com quase 4 milhões de votos. Na sessão de posse, presidida pelo senador Fernando de Mello Viana (PSD-MG), o presidente da República vingou-se dos opositores: “Os profetas de calamidades, como aves agoureiras, andaram anunciando a aproximação das horas de cataclismo; outros, como falsos pastores, pretendiam assumir uma espécie de curatela da opinião popular, porque ainda não estávamos amadurecidos e preparados para os embates ideológicos que fortalecem e dignificam o exercício e a prática da democracia”.



REPRODUÇÃO/ABRIL CULTURAL

Após quatro anos como senador, Getúlio (entre Gregório Fortunato e João Goulart) vence as eleições presidenciais de 1950

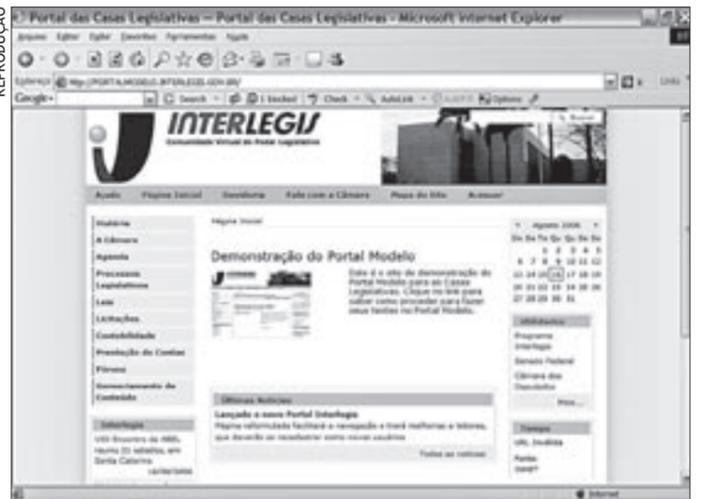
INTERLEGIS

Programa facilita publicações na rede

O Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo – desenvolveu o programa Portal Modelo para Casas Legislativas, destinado a oferecer a essas instituições ferramenta que permitirá a publicação de diversos tipos de conteúdo na internet. O sistema irá proporcionar ainda a transparência dos trabalhos legislativos e a interação dos congressistas com a sociedade.

A iniciativa foi adotada de forma pioneira pela Câmara Municipal de Catanduva (SP) e já vem sendo testada pelas câmaras Municipais de Maringá (PR) e Legislativa do Distrito Federal, de acordo com o analista de sistemas do Interlegis Jean Ferri.

O desenvolvimento do Portal Modelo, segundo Ferri, foi feito com o emprego de ferramentas licenciadas com *software* livre, como Python/Zope/Plone e Ubuntu Linux, o que possibilitará, segundo ele, a utilização ou a adaptação do programa sem custos de licença. Lançado em março, o portal também pode ser adotado por assembleias legislativas e prefeituras municipais.



Portal Modelo para Casas Legislativas foi criado pelo Interlegis

– O Portal Modelo pode reunir informações-padrões sobre o município, dados institucionais e até previsão do tempo. Permite ainda o acompanhamento do processo legislativo. A pessoa que fizer o gerenciamento do programa não precisa conhecer a fundo os mecanismos da internet, pois ele funciona de forma integrada ao *software* do Interlegis. O programa tem um editor e um sistema de ouvidoria embutidos e pode ser acessado por meio de

credenciais – explica Ferri.

A utilização de *software* livre, segundo o analista, permitirá que o Portal Modelo seja modificado sem custos e conforme as necessidades das instituições. O programa pode ser acessado pelo endereço eletrônico <http://portal-modelo.interlegis.gov.br>.

A política de adoção do *software* livre foi implementada pelo governo federal como forma de reduzir custos e desenvolver conhecimentos de informática.

Novos indicadores para políticas públicas

É necessário incorporar indicadores sociais e ambientais na formulação das políticas públicas para que haja desenvolvimento humano sustentável. A afirmação é do diretor do Centro Internacional Pierre Mendès-France, Patrick Viveret, que participou na quinta-feira do seminário “Os novos indicadores da riqueza”, promovido pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES). Viveret proferiu palestra a partir da sede do Banco

Mundial em Paris, em videoconferência transmitida a todas as assembleias legislativas do Brasil e assistida também pelos participantes do evento, realizado no auditório do Interlegis.

Na opinião de Viveret, os indicadores econômicos criados após a 2ª Guerra Mundial são insuficientes para os desafios atuais.

– Problemas ligados à ecologia, então considerados secundários, hoje são determinantes – avalia.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janáina Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Alexandre Guimarães, Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Ana Rita Grilo, Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília/DF - CEP 70165-920

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Fiscalização dos serviços públicos

A série de reportagens do *Especial Cidadania* sobre órgãos fiscalizadores, iniciada no último dia 24, mostra nesta edição os endereços

e telefones à disposição do cidadão para queixas e denúncias dirigidas aos órgãos que fiscalizam os serviços públicos básicos, como abastecimento de água, energia

elétrica ou telefonia. Veja também a quem recorrer quando o problema tem origem numa instituição financeira, de previdência ou num plano de saúde.



A telefonia fixa é fiscalizada pela Anatel e, em alguns casos, por agências reguladoras estaduais

ANATEL/DIVULGAÇÃO



Serviços públicos

Água, esgoto e limpeza urbana

Para reclamar de problemas nos serviços de saneamento, de limpeza urbana e de fornecimento de água, procure em primeiro lugar o serviço de atendimento ao consumidor da companhia. Se o problema persistir, dirija-se à Secretaria de Saneamento e Limpeza Urbana ou ao órgão equivalente do município ou do estado.

Veja os endereços e telefones das companhias de água e esgoto estaduais na internet: www.aesbe.org.br.

Energia elétrica

No caso da energia elétrica, depois de reclamar na companhia, você pode recorrer sucessivamente ao Conselho de Consumidores dessa companhia, à agência de serviços públicos do seu estado, se houver, ou à própria agência federal que gerencia o fornecimento de energia elétrica no país.

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
Superintendência de Mediação Administrativa Setorial
SGAN - Quadra 603, módulo J, 1º andar - Brasília (DF) - (61) 2192-8600 - CEP 70830-030
Reclamações: 144
www.aneel.gov.br/30.htm
www.aneel.gov.br

Telefonia

Para telefonia fixa ou móvel (celular), reclame primeiro na operadora do serviço. Se a situação não for solucionada, recorra sucessivamente ao Conselho de Consumidores dessa companhia, se houver; à agência de serviços públicos do seu estado, se houver; à unidade da Anatel no estado ou à sede da Anatel.

Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel)
Assessoria de Relações com os Usuários (ARU)
SAUS quadra 6 - blocos E e H - ed. Sérgio Mota - 2º andar - Brasília (DF)
CEP 70070-940

0800 332001 e (61) 2312-2000
Fax 2312-2264
www.anatel.gov.br (item Fale conosco/Atendimento eletrônico)

Unidades regionais da Anatel

AC - (68) 3212-0100
Fax 3212-0107

AL - (82) 3305-3122
Fax 3305-3121

AP - (96) 3222-2001
Fax 3224-4443

AM - (92) 3612-6300
Fax 3621-6360

BA - (71) 3340-5301/5200
Fax 3341-5444

CE - (85) 3304-3200
Fax 3257-1118

ES - (27) 4009-6700
Fax 4009-6720

GO - (62) 236-9000
Fax 236-9009

MA - (98) 3214-6000
Fax 3214-6010

MT - (65) 316-8000
Fax 316-8009

MS - (67) 322-7000
Fax 322-7009

MG - (31) 2101-6100
Fax 2101-6150

PA - (91) 3323-2100
Fax 3244-0860

PB - (83) 3214-4800
Fax 3214-4803

PR - (41) 3219-7000
Fax 3219-7007

PE - (81) 3472-8300
Fax 3472-8371

PI - (86) 4009-1500
Fax 4009-1529/1517

RJ - (21) 2105-1850
Fax 2105-1852

RN - (84) 4009-1500
Fax 4009-1511

RS - (51) 3230-1900
Fax 3230-1999

RO - (69) 3217-0200
Fax 3217-0237

RR - (95) 3621-2000
Fax 3621-2032

SC - (48) 3212-7000
Fax 3212-7007

SP - (11) 2104-8800
Fax 2104-8815

SE - (79) 3218-8800

Fax 3211-8800

TO - (63) 3219-6000
Fax 3219-6009

Agências reguladoras estaduais

Vários estados instituíram agências para normatizar, monitorar e fiscalizar a prestação de serviços públicos, às quais podem ser dirigidas reclamações sobre serviços prestados por empresas públicas ou concessionárias de serviços públicos.

AL - Arsal
0800 284-0429
www.arsal.al.gov.br

AM - Arsam
0800 280-8585 - (92) 3234-8787
www.arsam.am.gov.br

BA - Agerba
0800 71-0080
agerba.ouvidor@bahia.ba.gov.br

CE - Arce
0800 85-3838
arce@arce.ce.gov.br

GO - AGR
0800 704-3200 www.agr.go.gov.br

MS - Agepan
(67) 3025-9500 e 0800 600-0506
ouvidoria@agepan.ms.gov.br

MT - Ager
(65) 3618-6100 e 0800 647-6464
www.ager.mt.gov.br
(item Ouvidoria)

PA - Arcon
0800 91-1717
ouvidoria@arcon.pa.gov.br

PB - ARPB
0800 281-6644 e (83) 3218-6681
arpb@arpb.pb.gov.br

PE - Arpe
0800 281-3833 (energia elétrica) e 0800 281-3844
www.arpe.pe.gov.br/canal_atendimento.php

RN - Arsep
0800 84-1009 - (84) 3232-1691
arsepouvidoria@rn.gov.br

RS - Agergs
0800 99-0066
ouvidoria@agergs.rs.gov.br

SP - CSPE
0800 55-5591 - (11) 3293-5100
cspe@sp.gov.br

Finanças

Se o assunto for consórcio, bancos, crédito imobiliário, cooperativas de crédito, corretoras de ações ou outra instituição financeira, reclame junto à empresa que gerou o problema e, se ele persistir, ao Banco Central, que também apura denúncias sobre dinheiro falso.

Banco Central do Brasil (Bacen)
0800 979-2345
www.bcb.gov.br
FALECONOSCO
www.bcb.gov.br

Locais do Bacen de atendimento ao público:

Brasília (sede)
SBS quadra 3 - bloco B - Ed. Sede 2º subsolo - Brasília (DF)
CEP 70074-900
Caixa postal 08670
(61) 3414-2553

Belém
Rua Boulevard Castilhos França, 708 - Centro - Belém (PA)
CEP 66010-020 - Caixa postal 651 (91) 3242-8185

Belo Horizonte
Avenida Álvares Cabral, 1.605 Santo Agostinho - Belo Horizonte (MG)
CEP 30170-001
(31) 3335-9921

Curitiba
Rua Carlos Pioli, 133 Bom Retiro - Curitiba (PR)
CEP 80520-170
(41) 3313-2912

Fortaleza
Avenida Heráclito Graça, 273 - 3º andar - Centro
Fortaleza (CE) - CEP 60140-061
Caixa postal 891
(85) 3211-5505

Porto Alegre
Rua 7 de Setembro, 586 - Térreo Centro - Porto Alegre (RS)

CEP 90010-190 - Caixa postal 919 (51) 3215-7291

Recife
Rua da Aurora, 1259 - Térreo Santo Amaro - Recife (PE)
CEP 50040-090 - (81) 2125-4140

Rio de Janeiro
Avenida Presidente Vargas, 730, subsolo - Centro - Rio de Janeiro (RJ) - CEP 20071-900
Caixa postal 495
(21) 3805-5184

Salvador
Avenida Garibaldi, 1211 Térreo - Ondina
Salvador (BA) - CEP 40176-900
Caixa postal 44 - (71) 2109-4509

São Paulo
Avenida Paulista, 1.804 - Térreo Bela Vista - São Paulo (SP)
CEP 01310-922 - Caixa postal 894 (11) 3491-7730

Negócios com imóveis

Para reclamar de problemas com corretores de imóveis e imobiliárias, recorra ao Conselho Regional de Corretores de Imóveis (Creci) mais próximo e, caso o problema não seja resolvido, procure o Conselho Federal, a quem cabe zelar para que os Creci conduzam convenientemente os processos abertos pelos consumidores.

Conselho Federal de Corretores de Imóveis (Cofeci)
SDS Edifício Boulevard Center, salas 201/210 - Brasília (DF)
CEP 70391-900
(61) 3321-2828
fax 3321-0765
cofeci@cofeci.gov.br
www.cofeci.gov.br/pub/institucional/crecis/index.php
(acesso aos sites, endereços e telefones dos Creci)

Previdência, seguros e planos de saúde

- Para denunciar ou reclamar de problemas na previdência oficial (INSS).

Ouvidoria Geral da Previdência Social
Caixa postal 09714
Brasília (DF) - CEP 70001-970
PREVfone - 0800 728-0191
Disque Denúncia - 0800 707-0477

www.previdenciasocial.gov.br/
Formulário eletrônico do Fale Conosco

ouvidoria@previdencia.gov.br
Consulte também o endereço www.dataprev.gov.br/
enderecoAPS/mps1.asp para localizar a agência do INSS mais próxima.

Para solicitar auxílio a reclamações junto a entidades fechadas de previdência complementar (fundos de pensão), procure a Secretaria de Previdência Complementar (SPC).

- Para reclamar de planos de saúde

Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS)
Avenida Augusto Severo, 84 Glória - Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20021-040 - 0800 701-9656
www.ans.gov.br/porta/site/

faleconosco/faleconosco.asp?secao=Consumidor e www.ans.gov.br

- Para reclamar de corretoras de seguros, seguradoras, operadores de títulos de capitalização e empresas de previdência privada, recorra à Superintendência de Seguros Privados (Susep), vinculada ao Ministério da Fazenda, que atende ao público na sua sede e regionais ou pelo Disque Susep.

Disque Susep - 0800 21-8484

DF - SBS, quadra 1 - Bl. K - 13º andar - Ed. Seguradora Brasília (DF) - CEP 70093-900 (61) 3322-8995, 3223-2129 e 3224-3008 - fax 3223-1129

RJ - Rua Buenos Aires, 256 Centro - Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20061-000 - (21) 3806-9800

RS - Rua Coronel Genuíno, 421 11º andar - Porto Alegre (RS)
CEP 90010-350
(51) 3221-0779/4571/3513
Fax 3212-6712

SP - Rua Formosa, 367 - 26º andar - Edifício CBI
São Paulo (SP) - CEP 01049-000 (11) 223-5569/9752
Fax (11) 223-0534

